

A valorização dos *Caçadores* diante dos *Senhores*. Tributo a teoria e método de Edward Palmer Thompson

Nilson Thomé

Doutorando em educação pela UNICAMP. Professor da
Universidade do Contestado/SC.
e-mail: nthome@cdr.br

Resumo

Este artigo refere-se a obra "Senhores e Caçadores", de Edward Thompson (1924-1993). Contempla a nossa admiração pessoal por este intelectual inglês que entendeu ser possível produzir trabalhos em História "nos silêncios de Marx". Nos seus escritos, inovou ao esboçar uma teoria para o estudo da cultura popular. Aqui, encontramos mais uma amostra da nascente da nova História Cultural, ou História Social da Cultura (numa vertente neomarxista), com a valorização da cultura popular nos estudos históricos forjados "a partir de baixo". O estilo de Thompson abre novos caminhos também para trabalhos em História da Educação.

Palavras-Chaves

Historiografia. História Cultural. Edward Palmer Thompson.

Abstract

This article refers to the work "*Senhores e Caçadores*" (*Lords and Hunters*) by Edward Thompson (1924-1993). It contemplates our personal admiration for this English intellectual who understood it to be possible to produce works on History "in the silences of Marx". In his writings, he innovated when sketching a theory for the study of popular culture. Here, we find one more sample of the birth of the new Cultural History, or Social History of Culture (in a neomarxist source), with the valorization of popular culture in historical studies wrought "from the bottom up". The style of Thompson also opens up new ways for studies in the History of Education.

Key words

Historiography. Cultural History. Thompson, Edward Palmer.

Introdução

Estamos diante do livro “Senhores e Caçadores. A Origem da Lei Negra”². Neste trabalho, mais um clássico da historiografia, Edward Palmer Thompson reconstrói a luta entre os agricultores simples e a burocracia da floresta na Inglaterra, com a vigência da “Lei Negra” em 1723 (só anulada em 1823, cem anos depois), que permite a aplicação da pena capital a cidadãos em mais de cinquenta diferentes tipos de crimes e de penas diversas a quase 250 diferentes delitos. Como ele diz, uma “lei má, formulada por maus legisladores e ampliada pelas interpretações de maus juizes” (p. 359). A partir deste enfoque, reexamina a sociedade inglesa do Século XVIII, descrevendo a violência e a corrupção ali dominante³. No segundo momento do livro, ao tratar da corrupção política e do descontentamento popular na Inglaterra naquele tempo, faz a sua interpretação do direito, rejeitando a noção da lei como simples máscara para a dominação de uma classe.

Thompson analisa a estratégia de resistência de caçadores, predadores e de outros homens e mulheres que viviam da coleta e da caça nas florestas e parques da nobreza. Com os *Black Acts*, de 1723, haviam sido definidos e criminalizados dezenas de atos, para os quais previa-se a pena capital. Estas pessoas mascaradas (usavam carvão para esconder o rosto, daí a origem do *Black*) pilhavam os parques. Se suas armas fossem apreendidas, eles voltavam à noite para toma-las, ameaçando os guardas florestais ou os subornando. Thompson resgata, daí, a humilhação pública à qual as autoridades eram submetidas, pois se não conseguiam proteger suas propriedades, como governariam o

Estado? Tal prática não era um simples roubo, pois fundava-se em um direito anterior e era partilhada e justificada coletivamente e, ao mesmo tempo, desmoralizava as autoridades. De fato, uma prática estava sendo criminalizada. Além do mais, tais práticas eram produtos do conflito entre formas de propriedade, noções de direito ao uso da terra e seus produtos, gerados pela imposição de uma nova ordem (MUNHOZ, Internet, 1997).

Segundo Thompson, este seu trabalho “não se limita a recuperar um episódio que se perdera para o conhecimento histórico. Também recupera um episódio que não foi do conhecimento de seus contemporâneos” (p. 17). Aqui, mais uma vez, ele trabalha na interconexão de uma História Social com uma História Cultural. Para Eric Hobsbawm⁴, Thompson está entre os mais significativos autores de história social de que se tem notícia. E para produzir este curto trabalho, recorreremos às obras de vários outros intelectuais⁵ e historiadores que, assim, entrando no texto, participam da nossa tentativa de interpretar “*Senhores e Caçadores*”.

Thompson nas Vertentes da História

Ao produzirmos História, entendemos ter liberdade para usar diferentes referenciais teóricos ou nos valer de diferentes metodologias, de acordo com as necessidades das diferentes pesquisas. Em *Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais; a Pesquisa Qualitativa em Educação*, Augusto Nivaldo Silva Triviños lembra Pedro Demo ao expor que o pesquisador

tem ampla liberdade teórico-metodológica para realizar seu estudo. Os limites de sua iniciativa particular estarão exclusivamente fixados pelas condições de exigência de um trabalho científico. Este, repetimos, deve ter uma estrutura coerente, consistente, originalidade e nível de objetivização capazes de merecer a aprovação dos cientistas num processo intersubjetivo de apreciação (TRIVIÑOS, 1987, p. 133).

A fim de melhor compreender a posição de teórica de Thompson, então, voltemo-nos à lembrança das matrizes da ciência da História, que são diferentes entre si por conterem, entre outras características, de modo geral⁶, estas:

- **No Positivismo:** a valorização do factual documentado, a cronologia linear do tempo histórico, o ordenamento de início-meio-fim, a relevância a personagens oficiais, o uso excessivo da heurística e da crítica nos documentos e, o destaque para aspectos político-administrativos;
- **No Marxismo:** a aplicação de método científico, o uso da lógica, a busca da identidade coletiva, a interdisciplinaridade, o chamamento às contradições pela dialética, o suporte e embasamento teórico, a valorização do movimento, a posição do historiador como agente ativo e, o destaque para o aspecto econômico;
- **Na Escola dos Annales (École des Annales):** o advento da Micro-História, os novos objetos de investigação, a valorização da história oral, a inserção do historiador no fluxo dos acontecimentos, o chamamento ao inusitado, o estudo das mentalidades coletivas, os questionamentos sobre o passado a partir

do presente e a constante problematização. Surge a História das Mentalidades;

- **Na Nova História:** o respeito à narrativa literária, a eleição do cotidiano como objeto, a incorporação de outras abordagens, a problematização de documentos, o chamamento a sujeitos e a espaços excluídos, a interdisciplinaridade, a crítica contestatória e o destaque para o aspecto social. A *New History*, norte-americana, criada por Robinson na década de 1920, contemporânea à *Escola dos Annales*, veio a dominar a História Intelectual, sofrendo a concorrência da História das Idéias.

Se observarmos a pluralidade da Nova História, nela encontraremos a **História Cultural** que, para uns, trata-se uma nova vertente, nova corrente, novo campo ou novo setor, enquanto que, para outros, seria uma variação dos *Annales* ou da *New History*. De qualquer forma, ela surge timidamente e vem se destacando a partir dos trabalhos de Carlo Ginzburg, Roger Chartier e Edward Thompson, sendo caracterizada pela preocupação com as questões populares, valorização das estratificações e dos conflitos sócio-culturais e, pela recusa do conceito vago de mentalidades.

No seio do materialismo histórico, a preocupação com a História Social da Cultura tem tido muitos desdobramentos. A *Escola Inglesa do Marxismo* – com autores como Thompson, Eric Hobsbawam e Christopher Hill – especializou-se por exemplo em uma tríplice articulação entre a História Cultural, a História Social e a História Política. Seus trabalhos remontam à década de 1960. A renovação dos estudos culturais trazida pela escola Inglesa tem sido fundamental para repensar o Materialismo Histórico – particularmente para

flexibilizar o já desgastado esquema de uma sociedade que seria vista a partir de uma cisão entre infra-estrutura e super-estrutura. Com os marxistas da escola Inglesa, o mundo da Cultura passa a ser examinado como parte do “modo de produção”, e não como um mero reflexo da infra-estrutura econômica de uma sociedade (BARROS, 2004, p. 62).

Para Fontana⁷ no repensar do materialismo histórico “sobreviveu à crise o setor mais vivo do chamado ‘marxismo ocidental’, o que tinha como modelos homens do porte de Eric Hobsbawm, Cristopher Hill ou E. P. Thompson, enquanto alguns dos seus cultivadores experimentaram caminhos novos, sem abdicar dos seus princípios progressistas” Fontana cita Himmefarb⁸, segundo a qual “estes marxistas, embora tivessem deixado na sua maior parte o Partido Comunista depois de 1956, não haviam participado de atos de arrependimento como muitos dos seus colegas franceses, o que fazia com que continuassem sob suspeita”.

Fundador do valor da história “a partir de baixo”, usando a literatura como fonte para a história social e econômica, Edward Thompson foi⁹ e ainda é o historiador contemporâneo britânico mais conhecido fora da Inglaterra. Christopher Hill entende que sua influência mundial sobre os estudantes de História tem sido incalculável¹⁰. Na obra aqui enfocada, Thompson repete o procedimento metodológico, usado em outros trabalhos, de olhar de baixo para cima, como ele mesmo escreve: “...partida da experiência de humildes moradores das florestas...” (p. 17).

Vale destacar que as diversas corren-

tes e tendências marxistas influenciaram bastante sobre os rumos da História. Antes da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), tivemos o predomínio do critério gerencial na literatura, com a primeira geração de marxistas, como Plekhanov, Kautski, Mehering e Labriola. Depois, tivemos a segunda geração de marxistas, como Hilferding, Trotski, Lênin, Bukharin, Bauer e Rosa de Luxemburgo, corrente esta que tentou decifrar as leis fundamentais do capitalismo em seu estágio imperialista e produzir uma teoria política marxista.

Após 1918, assistimos a diferenciação entre o marxismo soviético e o marxismo do ocidente, num processo de lenta maturação do *marxismo ocidental*, que passou a ser percebido só depois de 1945, ou seja, em seguida a Segunda Guerra Mundial. Destacam-se os clássicos de Lukács e Gramsci, “em rota de colisão com o dogmatismo e empobrecimento teórico do marxismo típicos da Terceira Internacional”¹¹, e a teoria crítica da Escola de Frankfurt, com Theodor Adorno, Max Horkheimer, Herbert Marcuse, Erich Fromm, Borkenau, Neuman, Walter Benjamin e Jürgen Habermas, com produções que incidem sobre as perspectivas de uma nova História Cultural. Justamente Georg Lukács (1885-1971) e Antonio Gramsci (1891-1937), foram os teóricos que abriram trilhas na historiografia para uma História Cultural alicerçada nos fundamentos do materialismo histórico, caminho palmilhado por Thompson. Pertencente à linhagem da História Social Inglesa, Edward Thompson, “é mobilizado para alicerçar teoricamente as operações investigativas ao lado do filóso-

fo alemão Walter Benjamin e do cientista social inglês Raymond Williams¹².

Marc Bloch e Georges Lefebvre demonstraram as possibilidades de uma história intelectual comprometida com a análise, ora dos grandes movimentos coletivos, ora das psicologias individuais. A eles seguiu-se a estrela de Fernand Braudel. A maioria dos “*annalistas*” – integrantes da Escola (revista) de *Annales*, da França – não era simpática à História das Idéias. Neste movimento, tomou força a História das Mentalidades. Havia neles a descrença quanto a validade da aplicação do método quantitativo à história intelectual.

A partir dos anos 70, dá-se uma inflexão com a adoção de pressupostos estruturalistas oriundos da filosofia, da lingüística e da etnologia que desembocará na autodenominada “Nova História”, a qual se converteu no pivô do atual debate teórico e metodológico no campo da História ao se contrapor à historiografia que vinha sendo praticada, seja na perspectiva tradicional à qual se atribuía a influência positivista, seja na perspectiva crítica de orientação marxista ou tributária da Escola dos *Annales* das fases lideradas por Lucien Febvre e Marc Bloch e, depois, por Fernand Braudel (SAVIANI, 1998, p. 11).

Falcon¹³ alerta para o considerável número de referências que marcam o período de 1960/70 a 1990/95, de consolidação da *História das Idéias*, em função de novas tendências então presentes na historiografia ocidental. Surgiu a *New Intellectual History* nos EUA e na Grã-Bretanha, a *História Social das Idéias* ou *História Sócio-cultural* na França e nos EUA, a *História das Mentalidades* na França, bem como a proposta de Chartier, de uma *His-*

tória Cultural, propostas estas confrontadas com os novos pensamentos dos pós-modernos.

A História Social surgiu como oposição à história tradicional – essencialmente política, episódica, linear e evolucionista –, buscando desenvolver seus próprios caminhos metodológicos, configurando cada vez mais as abordagens socioculturais, sobretudo por meio de sua aproximação com a Antropologia. Dessa “matriz” foi se delineando a História das Mentalidades, vista pela maior parte dos historiadores como o movimento impulsionador da História Cultural, tal como a conhecemos atualmente (FONSECA, 2003, p. 51).

Em decorrência da tradição de seguir modelos de sociedades consideradas mais evoluídas, assim, a História Cultural chegou ao Brasil.

Reconhecer o alto nível da pesquisa em história cultural atualmente feita no Brasil não significa eximi-la de críticas. É possível constatar, em vários trabalhos, um certo ecletismo teórico que vimos ser típico (...). Misturas de Ginzburg com Foucault, deste último com Thompson, nada disso é estranho a vários trabalhos realizados na pesquisa universitária brasileira. (...). Nada disso desmerece, porém, a vitalidade desse campo de estudos, tal como tem sido realizado no Brasil. (...). Sem prejuízo de outros campos de investigação histórica, vários deles também muito atualizados quanto aos métodos e referências teóricas, a história cultural veio para ficar (VAINFAS, 1997, p. 162).

Em novembro de 2000, no pronunciamento intitulado de “O Cultivo de uma Historiografia Engajada com a História e a Memória da Educação Brasileira”, a Prof^a Marta Maria de Araújo, da UFRN, falou ao do II Congresso Brasileiro de História da

Educação, promovido pela Associação Brasileira de História da Educação, apreciando a produção histórica da Educação a partir do conjunto dos resumos dos trabalhos apresentados no evento. Lembrou que

há de se reconhecer que a hegemonia da historiografia francesa, especialmente as contribuições de Roger Chartier, ainda prevalecem nos estudos da história da educação no Brasil. De toda maneira, como bem sabem os historiadores, o grande êxito da historiografia francesa dos *Annales* advém de sua abertura para o diálogo com as ciências sociais, sem perder o contato com o conhecimento histórico.

Não obstante, os resumos do II CBHE fornecem indícios suficientes do despontamento do interesse dos historiadores da educação pela historiografia inglesa, especialmente pelo pensamento de Edward Thompson, por oferecer noções e premissas capazes de alicerçar interpretações sobre movimentos sociais de resistências, comportamentos e hábitos comunitários, histórias de vida e experiências de instituições e de seus agentes sociais na organização da cultura. Geralmente, Edward Thompson costuma ser apresentado como pertencendo a uma linhagem da historiografia inglesa que combina a história social britânica (empirista) e marxismo (Vainfas, 1997).

Considerando o II CBHE como uma amostra do que está sendo produzido no campo da história da educação no Brasil, cabe afirmar que a atividade historiadora da educação brasileira continua demonstrando uma vitalidade extraordinária para inspirar pesquisa de objetos, temas e domínios de conhecimentos afinados com referenciais da história cultural e com o procedimento interdisciplinar (ARAÚJO, 2002).

Nos silêncios de Marx

Militante comunista, intelectual e ativista pelo desarmamento nuclear, Edward Thompson é considerado “pai da versão marxista da história cultural”, ele que, na Inglaterra, esboçou uma teoria para o estudo da cultura popular nos moldes marxistas. Sobre este “marxista tradicional”, como ele se considerava, ou “neo-marxista”, como alguns críticos das suas obras rotulam-no ainda hoje, Pesavento diz que

centralizando a crítica tanto no que considerava uma postura positivista de análise do marxismo, denunciando o viés economicista e mecanicista da análise, quanto no que chamou de idealismo althusseriano, em que a teoria desconsiderava ou prescindia da realidade empírica, Edward Thompson introduziu inovações nos planos da teoria, do método, da temática e das fontes a serem utilizados pela história. Mesmo mantendo uma análise classista, como seria de esperar dentro do marxismo, Thompson abandonou a clássica definição marxista-leninista, que identificava a classe pela posição ocupada junto aos meios de produção. Alargou o conceito, entendendo que a categoria deveria ser apreciada no seu fazer, no acontecer histórico, na sua experiência como classe. Cabia ao historiador surpreender os nexos entre pequenas alterações de hábitos, atitudes, palavras, ações, de atitudes que iam mudando ao longo do tempo. (...). O historiador passava a explorar, assim, os chamados silêncios de Marx, nos domínios do político, dos ritos, das crenças, dos hábitos. (PESAVENTO, 2003, p. 28-29).

No dizer de Pedro Benítez Martín, Thompson seguiu a Marx em sua concepção materialista da História, “pero eliminó algunos de los presupuestos ilustrados

proprios de la modernidad que Marx había heredado elevándolos a la más alta dignidad (moderna). Thompson no comparía las ambiciones cientificistas propias del siglo XIX que sudejeron a Marx; por este camino desarrolló alguns de su mejores críticas al marxismo" (1995, p. 11). Este crítico espanhol diz ainda:

Thompson puede ser considerado em cierto sentido como um excelente seguidor de la teoría leninista de "torcer el bastón em sentido contrario", que supo adaptarse perfectamente a la coyuntura específica en la que escribió, sufriendo de esse modo sus consecuencias. Por um lado, su exceso de celo há deslizado em ocasiones peligrosamente su obra hacia el terreno del empirismo, el indeterminismo y aun el culturalismo. Pero además Thompson ha sucumbido con cierta frecuencia ante el mismo sectarismo doctrinal que él denunciaba, y en su obra son demonizados otros discursos radicales y revolucionarios con los que se debería haber dialogado (p. 12-13).

Nas atividades acadêmicas, mostramos que tem a História a função de, também, fornecer cientificamente à sociedade a explicação da sua origem e do seu desenvolvimento marcado por transformações. Também para isso, a História relaciona-se com as mais diversas disciplinas e ciências que também estudam o homem, como: Antropologia, Sociologia, Geografia, Economia, Filosofia e Etnologia, ou mesmo com sub-campos de outras áreas, em especial: Arqueologia, Linguística, Demografia, Genealogia, Heráldica, Numismática, Paleontologia, Diplomacia, Paleografia, entre outras. É o que fazem os historiadores seguidores da nova História Cultural. Num

dos capítulos do livro *Sobre História*, ao questionar se a História progrediu, Eric Hobsbawm menciona que:

Em essência, o que assistimos durante o século XX é justamente o que os historiadores ortodoxos da década de 1890 rejeitavam por completo: uma aproximação entre a história e as ciências sociais. É claro que a história não pode ser mais que parcialmente subordinada sob o título de uma ou talvez outra ciência social. Não que isso impeça alguns historiadores de se concentrarem em problemas que poderiam ser e também são abordados por, digamos, demógrafos ou economistas de orientação historicista. De qualquer modo, não impede. Claro que a aproximação não se dá apenas por um dos lados. Se os historiadores progressivamente recorreram a várias ciências sociais em busca de métodos e modelos explicativos, as ciências sociais progressivamente tentaram se historicizar e com isso recorreram aos historiadores (HOBSBAWM, 2002, p. 75).

Na introdução de "Senhores e Caçadores", Thompson mostra a preocupação pelo inicial questionamento, explicando que "Coloquei-me a tarefa de abordar por meio de fontes muitas vezes impróprias, as seguintes questões; ..." (p. 25) e enumera-as. Em *Os Annales: a Renovação Teórico-Metodológica e "Utópica" da História pela Reconstrução do Tempo Histórico* (1998), ao abordar as inovações trazidas à História pela Escola dos "Annales", como a valorização do problema, o historiador mineiro José Carlos Reis destacou que a grande renovação teórica propiciada pela reconstrução do tempo histórico pelos "Annales" foi a história-problema. Entende que ela veio-se opor ao caráter narrativo da história tradicional. Ela veio reconhecer a impossi-

bilidade de se narrar os fatos tal como se passaram. Reis reconhece que não há história sem teoria. A pesquisa histórica é a verificação de respostas-hipóteses possíveis a problemas postos no início. Nela, o historiador sabe que escolhe seus objetos no passado e interroga-os a partir do presente. Para ele,

o historiador escolhe, seleciona, interroga, conceitua, analisa, sintetiza, conclui. A partir da posição do problema, o historiador distribui suas fontes, atribui-lhes o sentido e organiza as séries de dados que ele terá construído. O texto histórico é o resultado de uma explícita e total construção teórica e não o resultado de uma narração objetivista [...]. A organização da pesquisa é feita pelo problema que a suscitou; este vai guiar na seleção dos documentos, na seleção e construção das séries de eventos relevantes para a construção das hipóteses.

Rompendo com a narração, a história tornou-se uma empresa teórica, que segue o caminho de toda ciência: põe problemas e levanta hipóteses e demonstra-as com uma documentação bem criticada e com uma argumentação conceitual rigorosa (REIS, 1998, p. 39).

Neste sentido, é apreciável a técnica empregada pelo historiador Edward Thompson, ao retratar os movimentos sociais e o cotidiano das classes populares inglesas do Século XVII em meio ao processo de industrialização¹⁴.

Como marxista, no método empregado na construção desta história, ele mantém o eixo econômico, mas não se atém apenas ao econômico, extravasa-o ao adentrar no eixo cultural, navegando sobre usos e costumes “naquela ilha e na-

quele tempo” (expressão dele, original, à página 355), valorizando tradições populares, alcançando atuais interpretações sobre direito e lei pesquisados. Não integra o “clube do uso do nós”, muito comum; usa a primeira pessoa do singular: “Eu acho, eu penso, eu entendo que..”. Não se limita a explicações em notas-de-rodapé, indo direto aos assuntos secundários ou complementares no corpo do texto, interagindo na simbiose entre a História e o leitor desta História produzida. Narra, analisa, comenta e critica o conteúdo das fontes.

A história conduzida por problemas e hipóteses, por construções bem elaboradas e explícitas, representou a mais profunda renovação teórica da história. O historiador mudou de posição e de disposição: se antes ele era proibido, em tese, de aparecer na pesquisa, o que é uma interdição impossível de ser cumprida, agora, ele é obrigado a “aparecer” e a explicitar a sua estrutura teórica, documental e técnica e o seu lugar social e institucional (REIS, op. cit.).

O historiador faz parte da História que ele constrói. Depois de abordar o assunto *O exercício da lei*, como que conversando com o leitor, Thompson pede licença para entrar no título *O domínio da lei*, justificando “...como os leitores deste estudo podem se sentir incitados a algumas reflexões gerais sobre o direito e as tradições britânicas, talvez possamos nos permitir a mesma indulgência” (p. 548). Num outro ponto, explicando-se ao leitor, ele expõe: “Nesse momento, entramos numa história que pode ser para sempre inescrutável, devido aos motivos torpes dos atores principais e à opacidade das fontes, e principalmente

de uma imprensa fortemente censurada. Contudo, o episódio ilustra claramente as operações da influência e dependência numa sociedade paternalista integrada..." (p. 225).

Depois de cinco anos de pesquisa, Thompson concluiu o texto de "*Senhores e Caçadores*"¹⁵ em abril de 1975. Em nenhum momento ele nega pertencer à tradição marxista, a ela referindo-se por diversas vezes, como aqui:

Ela (a lei) floresce na forma de um marxismo sofisticado, mas (em última instância) altamente esquemático, que, para nossa surpresa, parece brotar das pegadas daqueles que, entre nós, pertencem a uma tradição marxista mais antiga. Desse ponto de vista, a lei é por definição, e talvez de modo mais claro do que qualquer outro artefato cultural ou institucional, uma parcela de uma "superestrutura" que se adapta por si às necessidades de uma infra-estrutura de forças produtivas e relações de produção (p. 349).

José Honório Rodrigues escreveu¹⁶ que a História precisa olhar a floresta e não apenas as árvores, oferecendo uma interpretação generalizadora que ajude os vivos a compreender as raízes do presente. E nesta sua obra, Thompson diz que "...tive de começar pelo começo e reconstruir a administração da floresta em 1723. (...) Assim, mais uma vez, foi preciso reconstruir o contexto episcopal antes de se poder ver os Negros dentro dele" (p. 16). Este olhar para o todo da floresta e não apenas para as partes que a compõem, expressão tanto de Rodrigues como de Thompson, vem de encontro ao pensamento marxista, que indica a compreensão do singular a partir

da apreensão do universal. Busca-se a totalidade e se enfoca a universalidade do tema, disposto no campo maior, para alcançar a particularidade e analisar sua singularidade no campo restrito. Segundo Carlos Jamil Cury, "*a categoria da totalidade* justifica-se enquanto o homem não busca apenas uma compreensão particular do real, mas pretende uma visão que seja capaz de conectar dialeticamente um processo particular com outros processos e, enfim, coordená-lo com uma síntese explicativa mais ampla" (Cury, 2000, p. 27).

Uma História deve ser *total*, da sociedade *total*, sob pena de não ser compreendida e se limitar a uma simples enumeração de fatos, números ou leis. A História, para ser *total*, deve não apenas enunciar fatos e acontecimentos, mas buscar as relações entre eles, desde as transformações econômicas às manifestações literárias, jurídicas ou mesmo artísticas. A História de um povo constitui um todo indivisível, sob pena de se transformar em mera divagação artística ou literária, sem nenhuma contribuição ao futuro desse povo (BASBAUM, 1957, p. 7).

As particularidades de Thompson

Em "*Senhores e Caçadores*", podemos apreciar visivelmente a técnica empregada por Thompson para produzir sua História. Dentre as muitas anotações que fizemos para seguir o raciocínio do seu método, destacamos algumas, sobre as quais discorremos.

Uso de inferências

Na exaustiva pesquisa empreendida, Thompson foi a fundo na busca de fontes históricas fidedignas, que ele revela, tanto no prefácio, como nas referências. Sobre elas, diz: “Cada fonte me levava a outra; mas também cada problema levou-se a outro” (p. 16). “O caráter e possíveis limitações deste estudo só podem ser entendidos à luz das fontes utilizadas e das curiosas ausências nelas encontradas” (p. 395).

A análise precedente dependeu em grande parte de um tecido complexo de inferências¹⁷, muitas vezes derivadas de evidências fragmentárias. A estrutura da explicação histórica oferecida depende parcialmente da lógica, e apenas parcialmente dos fatos. Algumas identificações podem estar erradas, embora eu duvide muito que esteja errada a identificação geral da composição social e do conflito. Poderiam se fazer mais identificações... (p. 143).

Mesmo assim, nem sempre as fontes revelaram tudo o que o historiador buscava. “Embora seja bastante, constantemente as fontes falham no ponto exato onde esperaríamos que revelassem mais dados sobre...” (p. 395). Daí porque recorreu às inferências.

Não considero o trabalho de inferência, a partir de fontes que os quantificadores chamam de literárias, como uma atividade historiográfica inferior. (...) ...a ausência de fontes prontas obrigou-me a procurar adiante evidências próximas, e esse capítulo de inferências e conjecturas custou-me mais semanas de pesquisa e mais semanas de trabalho para dispô-las em alguma ordem de qualquer outra parte do livro (p. 144).

Opinião própria

Quando ele coloca que “evitei, até o final do livro, qualquer descrição geral dessa sociedade que pudesse ter vindo a mim através das interpretações de outros historiadores” (p. 17), deixa claro porque ficou conhecido como polêmico, ao criticar obras de seus colegas com pontos-de-vista diferentes dos seus. Por exemplo, no capítulo nono, páginas 248-254, tratando da política da Lei Negra, Thompson não poupa críticas a Pat Rogers (autor de *The Waltham Blacks and The Black Act*, em 1974) sobre a sua interpretação dos acontecimentos deste mesmo tema, dizendo estar fugindo do perigo da “contaminação” de juízos de valor e interpretações de Rogers sobre os Negros.

Ficou internacionalmente famosa a polêmica de Thompson com Perry Anderson, autor de *Teoría, Política e Historia; un debate con Thompson* (Madrid: Siglo XXI, 1985), em debate público sobre os modelos para a construção da história da sociedade inglesa. Quando Anderson publicou *Origins of the present crises*, na revista *New Left*, Thompson respondeu com *The Peculiarities of the English*¹⁸. Em outro momento da sua vida, delineando duas tradições divergentes no marxismo, Thompson (da corrente do materialismo histórico), também irrompeu contra Althusser (da linha stalinista-estruturalista). Sobre a investida contra o formalismo teórico de Althusser e, defendendo a narrativa em História, assim Decca menciona Thompson:

Esta formalização do conhecimento histórico recebeu uma crítica violenta de um notável historiador inglês, E. P. Thompson,

um radical e polemista, muito afeito aos efeitos retóricos da argumentação. E não pensem que ele perdeu o seu tempo de bom polemista com adversários insignificantes. Julgou importante desmontar o edifício formalista de Althusser na análise da história, como também julgou decisivo abrir polêmica com Ronald Reagan, a respeito do desarmamento nuclear. Thompson, este marxista peculiar, que, segundo o *Citation Index*, é o historiador mais citado no século XX e está entre os 250 autores mais citados em todos os tempos, nunca deixou de lado os elementos expressivos da narrativa histórica, estava convencido dos efeitos de verdade sobre os eventos humanos mobilizados pelo uso inteligente da linguagem. Sabia muito bem que a linguagem é instituinte e que, portanto, a narrativa histórica não deveria desprezar esta sua dimensão construtiva. A história, para este historiador, é herdeira da narratividade, que, em sua forma textual e letrada, faz submergir a literalidade e a narratividade das tradições orais... (DECCA, 1998, p. 23-24).

Thompson tanto polemiza como concorda com outros autores. Aceita uma afirmativa sobre os negros da floresta, de Hobsbawm, por exemplo, quando diz que "Esses negros não são absolutamente bandidos sociais (na acepção de E. J. Hobsbawm) e tampouco rebeldes rurais, mas apresentam alguns traços de ambos os tipos. São florestanos armados..." (p. 77).

Sobre a lei:

A segunda parte da obra de Thompson é um verdadeiro "tratado" sobre direito e lei. A temática, complexa, para ser compreendida, precisa ser lida por inteira, como ele expõe. Excelente texto para interpretação por estudantes de Direito. Partes

do texto não explicam o todo. Mesmo assim, extraímos que:

A lei é nitidamente um instrumento da classe dominante *de facto*: ela define e defende as pretensões desses dominantes aos recursos e à força de trabalho – ela diz o que será propriedade e o que será crime – e opera como mediação das relações de classe com um conjunto de regras e sanções adequadas, as quais, em última instância, confirmam e consolidam o poder da classe existente. Portanto, o domínio da lei é apenas uma outra máscara do domínio de uma classe (p. 350).

E mais:

Mostrei neste estudo uma oligarquia política a forjar leis duras e opressivas, para servir aos seus interesses próprios. Mostrei juízes que, tanto quanto os bispos, estavam sujeitos a influência política, cujo senso de justiça era uma farsa e cuja interpretação das leis só servia para ampliar seu viés de classe intrínseco. Na verdade, acho que este estudo mostrou que, para muitos a elite dirigente da Inglaterra, as regras jurídicas eram um incômodo a ser manipulado e torcido da maneira que conseguissem, e que a lealdade de homens como Walpole, Hardwicke ou Paxtons à retórica da lei era, em larga medida, uma farsa. Mas disso não concluo que o domínio da lei em si fosse uma farsa. Pelo contrário, as restrições ao poder impostas pela lei parecem-me um legado tão considerável quanto qualquer herança transmitida pelas lutas do século 17 ao século 18, e uma realização cultural autêntica e importante da burguesia agrária e mercantil, com o apoio dos pequenos agricultores e artesãos". (...). Insisto apenas no ponto óbvio, negligenciado por alguns marxistas modernos, de que existe uma diferença entre o poder arbitrário e o domínio da lei. Devemos expor as imposturas e injustiças que podem se ocultar sob essa lei (p. 357).

Lembrando Robin Hood:

Voltando ao capítulo quinto, nele Thompson expõe o governo real simulado da floresta, com o “Rei John” eleito pelo povo. O líder seria a lendária figura do cidadão “Robin Wood”, atuante na Inglaterra antes da vigência da Lei Negra (p. 179-185). Aqui, onde se nota o uso da literatura como fonte, diz ele que

...tampouco há qualquer evidência quanto à identidade do rei John. As baladas de Robin Hood ainda passavam de boa em boca, mas esse Robin Hood de carne e osso retirou-se, talvez para alguma propriedade na floresta, para ser esquecido durante 250 anos, sem deixar atrás de si (até onde pudemos descobrir) nenhuma lenda, nenhuma lembrança popular, nem sequer uma canção” (p. 185).

Pela forma como produziu o livro, desmascarando os “*Senhores*” e relevando os “*Caçadores*”, resgatando o outro lado dos acontecimentos, Edward Thompson bem que poderia ser chamado de “o Robin Hood da historiografia moderna”, não pelo viés do mito da Floresta, mas pelo real da História.

A História pelo outro lado

Para melhor entender Thompson na produção de História precisaríamos, antes, mencionar extratos de outras obras suas, no mínimo, o livro “*Costumes em Comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional*” (São Paulo: Cia. das Letras, 1998), mais “*A Formação da Classe Operária Inglesa*”, nos seus três volumes (Rio: Paz e terra, 1987)¹⁹ e, ainda, “*As Peculiaridades dos Ingleses e Outros Artigos*” (Campinas: IFICH/

UNICAMP, 1998). Não muitas são as suas obras traduzidas para o português, em comparação à língua espanhola; em citações de autores espanhóis, encontramos menções a mais de vinte obras, entre livros e artigos em revistas, às quais não tivemos acesso por dificuldades aqui. Todavia, um amplo estudo biográfico dele ou uma análise de todas as suas obras, não é o objetivo do presente artigo²⁰.

É em “*Senhores e Caçadores*” que Edward Thompson mostra melhor sua forma de produzir História “vista de baixo”, numa estratégia de valorização dos feitos dos povos oprimidos (contra as atitudes dos opressores), dos dominados (contra os instrumentos usados pelos dominadores), aliando a narrativa à crítica para expor a corrupção política e o descontentamento popular na sociedade inglesa do século XVIII e desenvolvendo, ao mesmo tempo, uma interpretação diferente da lei e do direito. Por isso, recomendamos a leitura desta obra, não apenas a historiadores ou aficcionados por História, mas – principalmente – a professores, advogados, juristas, ambientalistas, ecologistas e legisladores – que encontrarão, a cada parágrafo, a exposição de fatos extensivos a uma realidade bem atual no nosso Brasil.

Em trabalho recente de doutoramento, Telmo Marcon faz referência à importância atual à história popular, entendendo-a como história cultural-popular, ou seja, construída a partir das experiências de grupos populares. Para ele:

Os sujeitos que tradicionalmente ficaram à margem das pesquisas históricas passam a ser valorizados em suas experi-

ências particulares, visto que o ponto de partida não é mais o universal e nem o dominante. Esta metodologia foi proposta e implementada por vários historiadores, merecendo destaque as pesquisas de Thompson, especialmente aquela sobre a Lei Negra. Esse trabalho é um bom exemplo de pesquisa orientada por uma concepção de história que trabalha na perspectiva dos grupos populares (MARCON, 2003, p. 31).

Conclusão

No seu texto, especificamente, Thompson pouco menciona a escola²¹ ou a educação “nesta ilha e naquele século”. Entretanto, com estilo diferente do habitual, ele alinhava um modelo, com teoria e método próprios, incomum, para – em tese – se historiar também a educação. É o que estamos tentando fazer no desenvolvimento da pesquisa para a nossa tese de doutoramento em História da Educação na UNICAMP, sob a batuta do Prof. Dr. José Luís Sanfelice, centrada na Região do Contestado e tendo por referência a Guerra do Contestado²², a partir do pressuposto de que “é inegável uma mudança no perfil da pesquisa em História da Educação no Brasil e a influência que a História Cultural tem tido nela”²³.

A pesquisa prende-se a uma tentativa de construir a *História da Educação no Contestado*, sem descuidar da sua vinculação a outros fenômenos – sociais, políticos, econômicos e culturais – e variáveis que contribuem para sua compreensão e que consideramos de fundamental importância para entendermos o processo educacional catarinense, paranaense e regional, uma vez que, nesta História, duran-

te a primeira parte do período estudado, a Educação serviu às oligarquias dos dois Estados como instrumento de dominação e, na segunda parte, às oligarquias catarinenses.

Com a pesquisa, estudamos a evolução histórica da Educação da Região do Contestado²⁴ a contar do Império, durante a Primeira República e a Segunda República – a coronelista e a populista – até por volta da Redemocratização de 1946, a partir de fontes originais, analisando as contradições entre as classes dominantes e dominadas, entre os interesses das oligarquias e as necessidades da população, e entre o uso do ensino para fins políticos e a busca da instrução para a inclusão e a ascensão social.

Mais especificamente pretendemos: investigar os registros históricos de alfabetização e escolarização do Estado do Paraná, relacionados ao Contestado Paranaense, bem como os dos municípios paranaenses da região, caso a caso, até o ano de 1917; transplantar para a História de Santa Catarina as informações sobre a Instrução Pública e a Educação praticada nas escolas confessionais dos núcleos coloniais, nas subvencionadas e nas particulares, atinentes ao território obtido do Paraná em 1917; estudar os aspectos evolutivos da Educação no Estado de Santa Catarina durante a República e as contradições existentes na Região do Contestado entre a minoria dominante e a maioria dominada, durante o coronelismo, o populismo e a entrada do neocoronelismo; e, associar os fatos relacionados à Instrução (oficial e comunitária) e às políticas

educacionais adotadas pelos respectivos governos, com as evidências concretas encontradas no dia-a-dia do passado das escolas públicas, as subvencionadas e as particulares.

Propositadamente, deixamos por último a menção a interessante abordagem sobre "*História da Educação e História Cultural*", feita por Thais Nivia de Lima e Fonseca²⁵, quando ela expõe sua visão sobre a História Cultural a partir de Roger Chartier e de Carlos Ginzburg (por ela citados, entre outros expoentes, como os autores identificados com as raízes da História Cultural), deixando de mencionar outros, como Eric Hobsbawm e, principalmente, Edward Thompson e, assim, sem destacar a ligação do inglês com a História Cultural e a possibilidade de se utilizar seus referenciais teórico-metodológicos em inovadoras produções em História da Educação. Eis o desafio de Thais:

A contribuição que a História Cultural, como campo dotado de aportes teórico-metodológicos, pode dar ao avanço da História da Educação está no descortinamento de dimensões ainda pouco exploradas, fora da escola e da escolarização, bem como a imposição corajosa de novos olhares sobre essa que é uma dimensão já tradicional. Urge (...) também um esforço de análise mais apurado sobre a produção em História da Educação que se proclama afinada com a História Cultural, movimento necessário para a reflexão crítica de nossa própria ação como historiadores. Que esse exercício de análise possa instigar tanto os que desejem se enveredar nos caminhos da História da Educação, quanto os que, já estando neles, sintam que é possível e necessário revitalizá-los (FONSECA, op. cit., p. 72).

Revitalizar caminhos da História da Educação com pressupostos da História Cultural no campo do Social e na vertente marxista, conforme instrui Edward Thompson – e ele mostra isso ser possível nos moldes de "*Senhores e Caçadores*" – trabalhando na perspectiva dos grupos populares, geralmente formados por segmentos de dominados, assim valorizados, é um atraente desafio!

Notas

¹ Professor na Universidade do Contestado – Campus de Caçador (SC). Graduado em História. Mestre em Educação. Doutorando em História da Educação na Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP.

² THOMPSON, Edward Palmer. *Senhores e caçadores*. A Origem da Lei Negra. Trad. Denise Bottmann. 2 ed. Col. Oficinas da História. Rio: Paz e Terra, 1997.

³ Vale a pena conhecer este instrumento do Estado para a defesa da propriedade britânica, a "Lei Negra de Waltham" na íntegra, disposta neste livro como apêndice, entre as páginas 363 e 373. Não apenas porque esta lei foi o alvo de Thompson, mas, também, porque ela revela uma outra faceta da sociedade inglesa, pouco conhecida entre nós.

⁴ HOBBSBAWN, Eric. *Sobre História*. São Paulo: Cia. das Letras, 2002, p. 97.

⁵ Indicamos, por exemplo, a leitura de WILLIAMS, Raymond. *Cultura e Sociedade*. São Paulo: Nacional, 1969, e de MARTÍN, Pedro Benítez. *E. P. Thompson y la historia*. Un compromiso ético y político. Madrid: Talasa, 1995.

⁶ Já expomos estas características em *Uma nova História para o Contestado*. Caçador: UnC, 2004.

⁷ FONTANA, Josep. *História depois do fim da História*. Trad. Antonio Penalves Rocha. Bauru (SP): Edusc, 1998, p. 13.⁸ HIMMEFARB, Getrude. Apud FONTANA, Josep, op. cit.

⁹ Thompson faleceu em 1993, aos 69 anos de idade.

¹⁰ HILL, Christopher, na introdução de *As Peculiaridades dos ingleses e outros artigos*, p. 3.

¹¹ FALCON, Francisco. *História das Idéias*. In *Domínios da História*. Rio: Campus, 1997, p. 108.

¹² Ver a conferência *O Cultivo de uma historiografia engajada com a história e a memória da educação brasileira*, da Prof^a Dra. Marta Maria de Araújo, da UFRN, no 2º Congresso Brasileiro de História da Educação, da Associação Brasileira de História da Educação (SBHE) em novembro de 2002.

¹³ FALCON, Francisco, op. cit., p. 103.

¹⁴ Ver: THOMPSON, Edward. *A formação da classe trabalhadora na Inglaterra*.

¹⁵ Título original: "Whigs and Hunters".

¹⁶ Ver: RODRIGUES, José Honório. *História e historiadores do Brasil*. 1965, p. 14.

¹⁷ Inferência: É uma indução. É admissão da verdade de uma proposição que não é conhecida diretamente, em virtude da ligação dela com outras proposições já admitidas como verdadeiras.

¹⁸ Ver: THOMPSON, Edward. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Trad. Antonio Luigi Negro e Sérgio Silva. 3. ed. revista e ampliada. Col. Textos Didáticos n. 10, v. 1. Campinas: IFICH, Unicamp, jan. 1998. A primeira parte, das quatro que compõem a publicação, também ficou conhecida como "A Miséria da Teoria" (Rio: Zahar, 1981).

¹⁹ Crítico da ideologia dominante, Edward Thompson é mais conhecido no Brasil pela obra "Formação da classe operária inglesa", pois, nos três livros que a compõem (I - A árvore da liberdade, II - A maldição de Adão e III - A força dos trabalhadores), marcou a historiografia social contemporânea, recriando as experiências de vida dos trabalhadores ingleses e mostrando que esta classe operária tomou parte ativa na sua própria formação. A obra foi publicada originalmente na Inglaterra em 1963, consagrando Thompson como grande historiador.

²⁰ Sugerimos, por exemplo, a leitura de Artigo *Fragments de um possível diálogo com Edward Palmer Thompson e com alguns de seus críticos*, do Prof.

Sidnei Munhoz, publicado na Revista de História Regional. Ponta Grossa, v. 2, n. 2, p. 153-185, inverno. Pode ser acessado no endereço: www.rhr.uepg.br/v2n2/sidnei.htm.

²¹ Por exemplo, à página 55, ele menciona a existência de uma "escola de caridade" em Windsor só ao tratar do pároco Waterson.

²² Conflito que aconteceu entre 1913 e 1916, envolvendo, de um lado, a população sertaneja (cabocla) e, do outro, forças militares e civis. A História considera que foi um destacado evento histórico, resultante da revolta da população regional à ordem vigente, ou seja, uma insurreição da população cabocla contra os governos do Paraná e de Santa Catarina.

²³ FONSECA, Thais Nivia de Lima e. História da educação história cultural. In: VEIGA, Cynhia Greive, FONSECA; Thais Nivia de Lima e. (org.). *História e historiografia da educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, p. 61.

²⁴ O "Território Contestado" compreende toda a área geográfica no tempo presente integrante das regiões Sul e Sudoeste do Estado do Paraná e do Norte e Oeste do Estado de Santa Catarina, objeto da "Questão de Limites", tendo por fronteiras: ao Norte, os rios Negro e Iguaçú; ao Sul, os rios Canoas e Uruguai; a Leste, ora a Serra Geral, ora o Rio Canoinhas, o Rio Timbó, o Rio do Peixe ou o Rio Marombas; e a Oeste, a Argentina. Já a "Região do Contestado" é a área geográfica localizada dentro do Território Contestado, hoje no Centro-Oeste do Estado de Santa Catarina, habitada pelo Homem do Contestado, onde ocorreu a Guerra do Contestado, limitada: ao Norte, pelos rios Negro e parte do Iguaçú; ao Sul, pelos rios Canoas e parte do Uruguai; a Leste, pela Serra Geral; e a Oeste, pela Serra da Taquara Verde e pelo Vale do Rio do Peixe.

²⁵ FONSECA, Thais Nivia de Lima e. op. cit., p. 72.

Referências Bibliográficas

ARAÚJO, Marta Maria de. *O Cultivo de uma historiografia engajada com a história e a memória da educação brasileira*. In: II Congresso Brasileiro de História da Educação. Natal: Associação Brasileira de História da Educação (SBHE), 2002.

BARROS, José D'Assunção. *O campo da História*. Especialidades e Abordagens. Petrópolis: Vozes, 2004.

BASBASUM, Leôncio. *História sincera da República*. Das Origens até 1889 (Tentativa de Interpretação Marxista). Rio: São José, 1957.

BURKE, Peter. *Variedades de história cultural*. Rio: Civilização. Brasileira, 2000.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). *Domínios da história*. Ensaios de teoria e metodologia. Rio: Campus, 1997.

CURY, Carlos Roberto Jamil. *Educação e contradição*: elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2000.

DECCA, Edgar Salvadori de. Questões teórico-metodológicas da História. Narrativa e História. In: SAVIANI, Demerval; LOMBARDI, José Claudinei e SANFELICE, José Luís (org.). *História e história da educação*. Campinas: Autores Associados/Histedbr, 1998, p. 19-24.

FALCON, Francisco. História das déias. In *Domínios da História*. Rio: ampus, 1997.

FONTANA, Josep. *História depois do fim da história*. Trad. Antonio Penalves Rocha. Bauru: Edusc, 1998.

HOBSBAWM, Eric. *Sobre História*. Trad. Cid Knipel Moreira. 5 reimpressão. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.

MARCON, Telmo. *Memória, história e cultura*. Chapecó: Argos, 2003.

MARTÍN, Pedro Benítez. *E. P. Thompson y la historia*. Un compromiso ético y político. Madrid: Talasa, 1995.

MUNHOZ, Sidnei. Fragmentos de um possível diálogo com Edward Thompson e com alguns de seus críticos. *Revista de História Regional*, v. 2, n. 2, inverno 1997. Disponível em: www.rhr.uepg.br/v2n2/sidnei.htm.

NUNES, Clarice & CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Historiografia da Educação e Fontes. *Cadernos ANPED*, n. 5, set. 1993, p. 7-64.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & História cultural*. Col. História & Reflexões. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

REIS, José Carlos. Os Annales: a renovação teórico-metodológica e "utópica" da história pela reconstrução do tempo histórico. In: SAVIANI, Demerval; LOMBARDI, José Claudinei e SANFELICE, José Luís (org.). *História e história da educação*. Campinas: Autores Associados/Histedbr, 1998, p 25-40.

RODRIGUES, José Honório. *História e historiadores do Brasil*. São Paulo: Fulgor, 1965.

SAVIANI, Demerval; LOMBARDI, José Ildemaro e SANFELICE, José Luís (org.). *História e história da educação*. Campinas: Autores Associados/Histedbr, 1998, p. 11.

THOMÉ, Nilson. *Uma nova história para o contestado*. Caçador: UnC/Museu do Contestado, 2004.

THOMPSON, Edward Palmer. *Senhores e caçadores*. A origem da Lei Negra. Trad. Denise Bottmann. 2 ed. Col. Oficinas da História. Rio: Paz e Terra, 1997.

THOMPSON, Edward. *A formação da classe trabalhadora na Inglaterra*. Col. Oficinas da História. v. I, II e III. Rio: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, Edward. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Trad. Antonio Luigi Negro e Sérgio Silva (org.). 3 ed. revista e ampliada. Col. Textos Didáticos n. 10, v. 1. Campinas: IFICH, Unicamp, jan. 1998.

THOMPSON, Edward. *Costumes em comum*. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. *Introdução à pesquisa em Ciências Sociais*, a pesquisa qualitativa em educação. 1987.

VEIGA, Cynhyia Greive; LIMA E FONSECA, Thais Nivia de. (org.). *História e historiografia da educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

WILLIAMS, Raymond. *Cultura e sociedade*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1969.

Recebido em 06 de agosto de 2004.

Aprovado para publicação em 07 de outubro de 2004.